

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: 01/04/2013 a 30/04/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Ministério prevê crescimento expressivo na produção de arroz e feijão – O Globo, Economia. 03/04/2013.....	4
Ministério prevê crescimento expressivo na produção de arroz e feijão. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Empresas. 03/04/2013	4
Cesta básica cai pouco e alimentos sobem em SP. Juliana Elias, Yvna Souza e Leandra Peres – Valor Econômico, Brasil. 04/04/2013	5
‘Agora é a nossa vez’, dizem produtores de tomate de SP. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Economia. 04/04/2013	6
Cesta básica paulistana ficou 0,48% mais barata na semana diz Procon. Juliana Elias – Valor Econômico, Brasil. 04/04/2013	7
Crise pode reduzir desperdício de alimentos, diz brasileiro diretor da FAO – Folha de São Paulo, Mundo. 05/04/2013	7
Missão vai à China pedir liberação de transgênico. Tarso Veloso – Valor Econômico, Empresas. 05/04/2013	9
Alimentos comuns perdem espaço em fazendas do país. Felipe Bachtold – Folha de São Paulo, Mercado. 07/04/2013.....	9
Pisar no freio ou no tomate. Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo, Mercado. 07/04/2013	11
Esther Vivas: falta vontade política para acabar com a fome no mundo. Esther Vivas – Site do MST. 09/04/2013	13
Oferta menor faz preço de alimentos subir 1% em março, segundo a FAO. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 12/04/2013	14
Conab amplia atuação na região de Belo Monte. Thais Margalho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 12/04/2013.....	15
Incra/PB distribui 60 toneladas de alimentos para acampados no Estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2013	16
PAA do RS beneficia famílias carentes da Paraíba – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 15/04/2013	16
População do Nordeste atingida pela estiagem recebe 62,8 mil cestas de alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/04/2013	17
Tomate: do lixo ao luxo. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior. 18/04/2013 ..	17
PAA: participação de indígenas cresce 87,5%. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 19/04/2013	21
Estudo mostra que agrotóxico usado em soja e cana é cancerígeno. José Tadeu Arantes – Site do MST. 22/04/2013	21

Capacitação visa ampliar alcance do PAA. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 22/04/2013	24
Monsanto revela que milho transgênico pode fazer mal a saúde – Site do MST. 26/04/2013.....	25
Relatório aponta que os 900 milhões de famintos dependem da Reforma Agrária. Jesús Bastante – Site do MST. 26/04/2013	26
CTNBio libera transgênicos sem ter clareza sobre seus efeitos – Site do MST. 29/04/2013.....	28

Ministério prevê crescimento expressivo na produção de arroz e feijão – O Globo, Economia. 03/04/2013

A produção de dois dos principais produtos da cesta básica brasileira deve crescer nos próximos dez anos, segundo a assessoria de gestão estratégica do Ministério da Agricultura. Projeções do órgão indicam um aumento de 14% nas colheitas de arroz e de 8% nas de feijão. Esses percentuais, no entanto, podem ser ainda maiores.

Segundo o ministério, a produção de arroz deve passar das atuais 12 milhões de toneladas para 13,7 milhões em 2023 - valor que pode alcançar 16,9 milhões de toneladas pelos cálculos. A produção de feijão deve subir de 3,28 milhões de toneladas para 3,54 milhões de toneladas nos mesmos dez anos, com possibilidade de atingir até 4,7 milhões de toneladas. "Esses resultados devem ocorrer principalmente devido ao aumento da produtividade, graças ao uso de irrigação e de novas tecnologias nas lavouras", explicou o coordenador de planejamento estratégico do ministério, José Garcia Gasques.

A soma da produção dos principais grãos - como soja, milho, trigo, arroz e feijão - deverá passar de 177,8 milhões de toneladas em 2012/13 para 222,7 milhões em 2022/23, o que representa um acréscimo de 69,1% na produção. "Isso exigirá um esforço dos produtores", diz Gasques. Nos últimos dez anos, a produção aumentou 58%.

O Brasil é o maior produtor mundial de feijão e um dos dez maiores de arroz.

Ministério prevê crescimento expressivo na produção de arroz e feijão. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Empresas. 03/04/2013

A produção de dois dos principais produtos da cesta básica brasileira deve crescer nos próximos dez anos, segundo a assessoria de gestão estratégica do Ministério da Agricultura. Projeções do órgão indicam um aumento de 14% nas colheitas de arroz e de 8% nas de feijão. Esses percentuais, no entanto, podem ser ainda maiores.

Segundo o ministério, a produção de arroz deve passar das atuais 12 milhões de toneladas para 13,7 milhões em 2023 – valor que pode alcançar 16,9 milhões de toneladas pelos cálculos. A produção de feijão deve subir de 3,28 milhões de toneladas para 3,54 milhões de toneladas nos mesmos dez anos, com possibilidade de atingir até 4,7 milhões de toneladas. “Esses resultados devem ocorrer principalmente devido ao aumento da produtividade, graças ao uso de irrigação e de novas tecnologias nas lavouras”, explicou o coordenador de planejamento estratégico do ministério, José Garcia Gasques.

A soma da produção dos principais grãos – como soja, milho, trigo, arroz e feijão – deverá passar de 177,8 milhões de toneladas em 2012/13 para 222,7 milhões em 2022/23, o que representa um acréscimo de 69,1% na produção. “Isso exigirá um

esforço dos produtores”, diz Gasques. Nos últimos dez anos, a produção aumentou 58%.

O Brasil é o maior produtor mundial de feijão e um dos dez maiores de arroz.

Cesta básica cai pouco e alimentos sobem em SP. Juliana Elias, Yvna Souza e Leandra Peres – Valor Econômico, Brasil. 04/04/2013

Apesar de diversos alimentos da cesta básica terem sido desonerados no início do mês, os preços do grupo alimentação encerraram março ainda mais caros do que em fevereiro e foram o principal fator de alta no Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (IPC-Fipe), que considera a inflação na cidade de São Paulo. Os alimentos saíram de alta de 0,34% em fevereiro para 0,77% em março. Ainda assim, garantido pela queda de 10,95% nas tarifas de energia elétrica no período, o IPC-Fipe encerrou o mês com deflação de 0,17%, ante alta de 0,22% no mês anterior.

"Esperávamos uma queda mais acentuada, de 0,20%, mas os alimentos, principalmente os in natura, subiram mais do que imaginávamos", disse Rafael Costa Lima, coordenador do IPC-Fipe. Os produtos in natura, subgrupo que considera frutas, legumes e verduras, se consolidou como o principal foco de alta entre os alimentos no mês: prejudicados pelas chuvas, ficaram 4,36% mais caros, ante alta de 1,5% em fevereiro.

Já livres de impostos, os in natura não fizeram parte do pacote de desonerações que o governo concedeu à cesta básica a partir de 8 de março. Café, óleo, manteiga, açúcar e carnes, além de papel higiênico, pasta de dente e sabonete foram os produtos que pagavam até 12,5% de PIS-Cofins e tiveram o imposto zerado com a medida. Açúcar e sabonete ainda ficaram livres da cobrança de 5% de IPI.

A redução dos impostos, no entanto, chegou em muito menor proporção ao consumidor: o conjunto destes produtos, segundo a Fipe, ficou apenas 1,44% mais barato desde que as desonerações passaram a valer, e muito pouco impacto tiveram no IPC de março. A cesta chegou, inclusive, a encarecer ao longo do mês: logo depois do anúncio, ela chegou a custar R\$ 86,29, mas desde então já subiu para os atuais R\$ 87,49. É apenas R\$ 1,28 a menos do que no início do mês, quando, ainda antes de ser desonerada, custava R\$ 88,77.

"Esperávamos uma queda maior, mas isso deve agora se acentuar em abril", disse Lima. Já contando com este impacto, somado a produtos in natura mais ajustados, a Fipe prevê um IPC a 0,33% no próximo mês. A alta em relação a março será puxada pelo fim dos efeitos da redução em energia elétrica no índice. Alimentos devem desacelerar para 0,38%.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse, ontem, em Brasília, que o primeiro impacto da desoneração de PIS-Cofins sobre a cesta básica já

foi sentido e que agora um impacto secundário deve se propagar no restante do ano. "Com a própria redução da carga, a competição entre os supermercados, as empresas vão incorporando isso nos seus preços. Eu acho que grande parte do impacto já foi sentida, mas ainda há um impacto menor que vai se propagar o ano todo", afirmou Barbosa após participar de audiência pública no Congresso sobre a unificação da alíquota interestadual do ICMS.

Em março, puxado por energia, o grupo habitação foi o que teve maior queda no mês, com deflação de 1,05%, ante queda de 0,21% em fevereiro. Foi seguido por despesas pessoais, que com ajuda das deflações em turismo, caiu 1,02% (ante -0,10% em fevereiro). Além de alimentação, o único grupo que também teve aceleração da inflação de fevereiro para março foi vestuário, de 0,36% para 0,44%; todos os demais desaceleraram: transportes foi de 0,84% para 0,28%, saúde de 0,58% para 0,25% e educação de 0,27% para 0,13%.

Nelson Barbosa reafirmou ontem que após a conclusão da discussão sobre o ICMS, o governo pretende enviar, ainda neste ano, um projeto para o Legislativo para reformar a cobrança de Pis/Cofins. "A nossa intenção, se tivermos sucesso nessa questão do ICMS, é mandar uma reforma de Pis/Cofins para ser discutida pelo Congresso ao longo do segundo semestre e entrar em vigor em janeiro", declarou.

‘Agora é a nossa vez’, dizem produtores de tomate de SP. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Economia. 04/04/2013

Estado não sofreu perdas na safra do alimento como Goiás, Paraná e Santa Catarina, e produtores comemoram ‘preço justo’

Se os preços altos no supermercado indicam que a inflação está querendo voltar, não culpem o tomate. É o que defende o agricultor Lindomar David, de 33 anos, produtor rural em Ribeirão Branco, no sudoeste paulista, considerada a "capital do tomate" - o município responde sozinho por 20% da produção do Estado. O alimento não custava mais que R\$ 3 o quilo em 2012 e já está valendo até R\$ 12 nos supermercados de São Paulo. Os produtores, contudo, acham que o preço é justo. "Ano passado vendi tomate a R\$ 5 a caixa de 25 quilos para não ter que jogar fora e ninguém tomou minhas dores. Agora, é a nossa vez", disse.

Segundo o técnico agrícola Cléberson de Siqueira Gomes, da Secretaria Municipal de Agricultura, o tomate está caro porque as safras de outras regiões que abastecem São Paulo, principalmente a de Goiás e, em menor escala, do Paraná e Santa Catarina, tiveram grandes perdas em razão das chuvas. "Fora de São Paulo, muito tomate estragou no pé. Aqui, tivemos sorte, pois as chuvas foram mansas."

Os 600 produtores locais vão colher 3,3 milhões de caixas, mesma produção do ano passado. A diferença é o preço: enquanto em 2012 teve produtor jogando tomate no lixo, este ano até o fruto pequeno ou manchado passou a ter valor comercial. Lindomar

cultiva 15 mil pés e está na metade da colheita. A produção de quatro plantas, suficiente para encher uma caixa, valia nesta quinta-feira, 4, R\$ 100 na lavoura. Ele já sabe o que vai fazer com o dinheiro da super safra: "Investir na plantação, melhorar o sistema de irrigação, comprar um trator." Lindomar está há 15 anos na atividade e não se lembra de outra safra tão boa. O irmão dele, Leomar, começou a plantar há dois anos e já se deu bem. "O tomate escolhido chega a R\$ 120 a caixa", disse.

O dinheiro do tomate irriga a economia da cidade de 18.272 habitantes. "Você passa no comércio, vê o lojista feliz como faz tempo não via. Agora, se você vir alguém rindo sozinho, pode saber que é tomateiro", brinca Gomes.

Cesta básica paulistana ficou 0,48% mais barata na semana diz Procon. Juliana Elias – Valor Econômico, Brasil. 04/04/2013

O preço da cesta básica na cidade de São Paulo ficou R\$ 1,85 mais barato entre 1 e 4 de abril. O conjunto saiu de R\$ 382,71, preço verificado em 28 de março, para R\$ 380,86 nesta quinta-feira, dia 4 — queda de 0,48%. A pesquisa é feita pela Fundação Procon-SP em parceria ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A cesta pesquisada considera os preços de 31 produtos básicos, entre alimentos, higiene e limpeza. Das três categorias, apenas alimentação teve queda, com redução de 0,88% no período. Os itens de limpeza ficaram, em média, 0,83% mais caros, e os de higiene pessoal 2,06%.

Cebola (7,84%), papel higiênico (6,85%) e feijão cariocinha (5,75%) foram os itens que mais subiram – destes, apenas o papel higiênico está entre os itens incluídos no pacote de desonerações à cesta básica anunciado pelo governo no início de março. Legumes e verduras já eram isentos de impostos e não receberam novas desonerações.

Na outra ponta, salsicha (-7,69%), frango resfriado inteiro (-3,76%) e carne de primeira (-3,34%) responderam pelas maiores quedas. Todos os tipos de carne também entraram no pacote de desonerações da cesta básica, que incluiu também café, óleo, manteiga, açúcar, pasta de dente e sabonete. As reduções foram de até 12,5%.

Apesar da queda na semana, a cesta básica paulistana ainda está 13,19% mais cara do que um ano atrás, segundo o levantamento.

Crise pode reduzir desperdício de alimentos, diz brasileiro diretor da FAO – Folha de São Paulo, Mundo. 05/04/2013

O diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva, disse nesta sexta-feira que a crise do mundo desenvolvido pode servir para reduzir o desperdício de alimentos, e

advertiu que o ritmo para cumprir os objetivos do Milênio da ONU de reduzir pela metade a pobreza e a fome em 2015 deve ser acelerado.

"O balanço que a FAO faz é que não estamos na velocidade necessária para cumprir a meta em nível global, mas andamos bem. Há 45 países que cumpriram a meta e outros 45 que podem chegar a isso se mantiverem a trajetória, o que nos dá 90 países (a metade dos países em desenvolvimento) que vão cumprir", afirmou José Graziano em entrevista à Agência Efe.

O chefe da Agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura declarou que "é possível acelerar esse ritmo com medidas simples".

"Não estamos falando de mandar um robô a Marte, mas sim de coisas simples como comer, e como comer melhor, como comer produtos naturais, como produzir localmente feijões ou grãos-de-bico", disse.

José Graziano, que participou ontem em Madri de um encontro sobre fome, segurança alimentar e nutrição, disse que o evento serviu para "começar a delinear os objetivos para depois de 2015".

"Uma criança que nasce hoje, em 31 de dezembro de 2015 se não tiver tomado leite, se não comeu frutas, vai ser um incapacitado. Há toda uma geração com a qual é preciso se preocupar até essa data", ressaltou.

Segundo José Graziano se for cumprido o primeiro objetivo do milênio de reduzir pela metade a fome nessa data, "ainda haverá, no final de 2015, mais de 800 milhões de pessoas sofrendo de fome. E isso não é aceitável", declarou.

O diretor-geral da FAO constatou que a crise no mundo desenvolvido reduziu a ajuda ao desenvolvimento, como foi o caso da Espanha, e embora os projetos comprometidos por este país com a organização não tenham sido afetados, não foram apresentadas novas propostas.

Mas José Graziano disse considerar que, "com a crise, podemos aprender muito", porque "o consumo de alimentos no mundo desenvolvido tem um desperdício muito elevado".

"O que botamos na mesa, o que perdemos por não sabermos cozinhar bem os alimentos ou explorar produtos que não utilizamos, hoje em dia daria para alimentar toda a população da África", ressaltou.

O brasileiro acrescentou que "se conseguirmos com a crise reduzir o esbanjamento, encontrar formas de produção local que sejam produtos de melhor qualidade e valor nutritivo", haverá ganho.

Missão vai à China pedir liberação de transgênico. Tarso Veloso – Valor Econômico, Empresas. 05/04/2013

Com a justificativa de reduzir os prejuízos causados pela lagarta *Helicoverpa armigera* às culturas de soja, algodão e milho no país, uma missão de produtores brasileiros liderada pela Aprosoja, que representa sojicultores, vai à China tentar convencer o país a liberar a importação de novas tecnologias de sementes transgênicas resistentes à praga.

O foco principal da missão é o aval chinês para a tecnologia RR2, desenvolvida pela americana Monsanto, que confere à soja tolerância ao herbicida glifosato e à lagartas. Segundo a empresa, a produtividade da semente também é superior. Apesar da ânsia dos produtores, a múlti não terá um grande volume de sementes a ofertar na safra 2013/14, disse Geraldo Berger, diretor de regulamentação da Monsanto Brasil,.

"Com a seca na Bahia e as chuvas em Mato Grosso, a média de produção de sementes será menor. Teremos um volume suficiente para cultivar entre 500 mil e 1 milhão de hectares", disse Berger. A soja RR2 já está aprovada no Brasil desde agosto de 2010 e em mais 12 países, além de ter sido liberada na União Europeia.

Em todo o país, a *Helicoverpa armigera* já custou cerca de R\$ 2 bilhões aos agricultores, entre gastos com defensivos e perdas de produtividade, como lembrou a Aprosoja. Segundo a entidade, mais de 35% da safra de soja da Bahia sofreu perdas devido ao ataque da lagarta.

Os produtores vinham reclamando que o governo não estava conseguindo autorizar a importação de agrotóxicos para combater a praga, mas ontem foi aprovada a entrada no país de agrotóxicos registrados em outros países que tenham como ingrediente ativo único a substância benzoato de emamectina. O sinal verde, concedido em caráter emergencial após negociações entre os Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

Os produtores alegam que, apesar da liberação do agrotóxico, é importante existir um mix de prevenção. "Temos que ter refúgio, defensivo e biotecnologia. Se não, a praga se adapta", afirma Glauber Silveira, presidente da Aprosoja.

Para algodão e milho também há novas alternativas. A Syngenta lançou uma nova tecnologia para o milho no ciclo 2011/12, e a Monsanto começará a vender outra para algodão em 2013/14.

Alimentos comuns perdem espaço em fazendas do país. Felipe Bachtold – Folha de São Paulo, Mercado. 07/04/2013

Os alimentos comuns na mesa dos brasileiros estão mais caros. Esses produtos

essenciais perdem espaço nas fazendas e, para suprir a demanda nacional, são importados em quantidades cada vez maiores.

Vilões nos últimos índices de inflação, o arroz e o feijão têm sofrido retração de produção e agora aparecem com alta acumulada de preço acima de 20% em 12 meses.

Em comparação com 25 anos atrás, as áreas plantadas caíram pela metade, em que pese o aumento da produtividade por hectare.

Enquanto isso, soja e milho, commodities cuja exportação vem ajudando a segurar a balança comercial do país, ganharam terreno no período, de acordo com dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Esses dois tipos de grão, justamente por esse atrativo comercial, ficaram com mais de 50% do crédito rural para lavouras no Brasil em 2012. Itens cruciais da cesta básica, como batata e banana, ficam com uma pequena fatia dos financiamentos. O tomate, que mais do que dobrou de preço em um ano, teve somente 0,5% do total de crédito para as lavouras.

O trigo é um exemplo de produto essencial escasso, e a maior parte da quantidade consumida é importada de países como a Argentina.

Para o professor de economia Leonardo Xavier, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a sustentação dos altos preços internacionais de commodities leva os produtores a expandir áreas de cultivo para exportação.

A produção para abastecer o mercado interno acaba ficando principalmente nas mãos de produtores familiares, que "não têm o mesmo fôlego", afirma Xavier.

Segundo André Chagas, da Faculdade de Economia e Administração da USP, grande parte do crédito agrícola financia exportações porque os produtores de soja e milho oferecem garantias maiores.

No mais recente IPCA-15, que calcula a inflação levando em conta setores como alimentação, aluguel e vestuário, os alimentos panificados corresponderam a 1,86% do peso de toda a inflação no país --ficando atrás apenas de leites e derivados.

Para o economista André Braz, da Fundação Getulio Vargas, a falta de investimentos compatíveis acaba aumentando a possibilidade de alta nos preços.

"O setor agrícola é intensivo em grandes commodities, enquanto a gente depende mais da oferta de arroz, feijão e leite para ter uma inflação mais baixa", diz.

CONSELHO PÚBLICO

Estudos internos sobre o avanço na importação de alimentos e a instabilidade nos estoques do país chegaram às mãos da presidente Dilma Rousseff no início do ano.

Sua primeira reação foi criar um conselho interministerial para definir estratégias de compra e liberação dos produtos. A tarefa, antes restrita ao Ministério da Agricultura, agora é dividida com Casa Civil, Fazenda e Desenvolvimento Agrário.

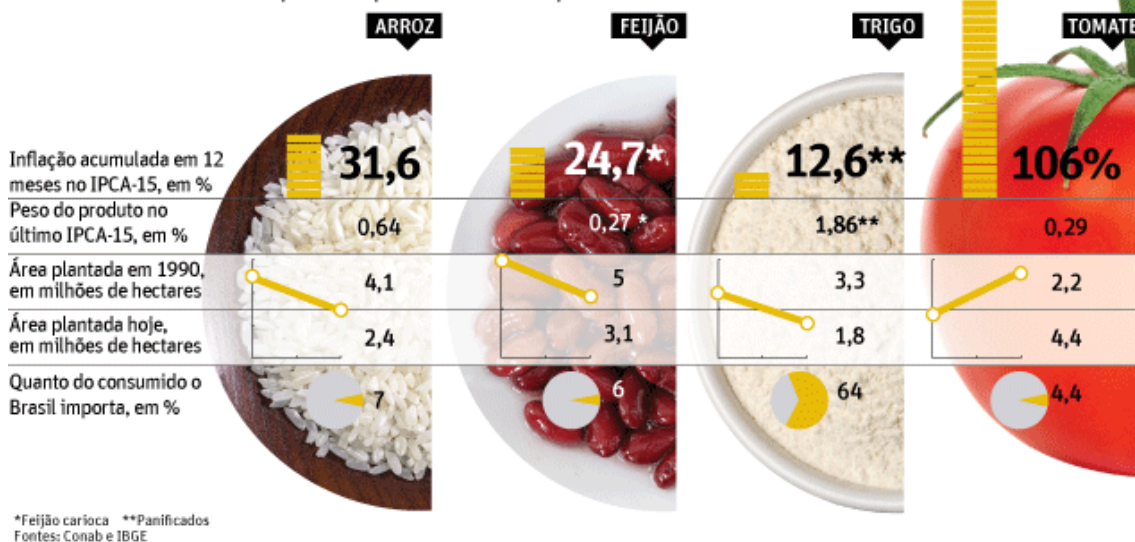
Os estoques públicos servem como uma ferramenta para o governo intervir nos preços dos alimentos. Em caso de alta, por exemplo, a União pode vender seus volumes e forçar uma queda nos valores com a ampliação da oferta no mercado.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, diz que a situação do trigo deixa o governo "preocupado" e que já há uma série de medidas de estímulo, como o aumento do orçamento destinado a garantir um preço mínimo do grão.

Ele também afirma que é preciso expandir culturas como arroz e feijão, hoje concentradas no Sul, para a fronteira agrícola da região Centro-Oeste.

PRODUÇÃO CAI, PREÇO SOBE

Sobe valor de alimentos que têm queda no volume produzido



Pisar no freio ou no tomate. Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo, Mercado. 07/04/2013

O POVO ainda parece feliz feito pinto no lixo e adora Dilma Rousseff, algo alienado que está dos efeitos de uma economia mal parada, ou que mal se move. Mas a inflação persistente tem seu primeiro símbolo mais ou menos popular, o tomate, que está caro para chuchu e se tornou motivo de conversa e chacota nas praças da internet, as ditas "redes sociais".

Não dá, claro, para explicar o preço do tomate pelos desarranjos macroeconômicos. Mas o fruto tornou-se o bode expiatório da alta geral dos preços da comida, com perdão pela dissonância biológica, e de certo cansaço com três anos de inflação rodando em torno de 6%.

Nos últimos 12 meses, o preço de comer em casa subiu quase 14%. Na média geral da economia, os preços subiram 6,3%. O preço dos alimentos não subia tanto assim em 12 meses desde 2008. A inflação da comida também tem sido maior que o aumento dos salários, o que também não ocorria fazia uns cinco anos.

Os aumentos de alguns produtos básicos talvez reforcem o mal-estar do tomate. O preço da comida pesa mais na memória e especialmente no bolso dos mais pobres.

Farinhas e massas ficaram 32% mais caras nos últimos 12 meses; batata e legumes, 69%; o grupo de arroz e feijão, 27%; o óleo, 18%. As carnes estão bem comportadas, abaixo da inflação média, mas aves e ovos subiram 21%.

Claro que nem todos os preços sobem assim. Bens duráveis estão mais baratos, carros e eletroeletrônicos, por exemplo. São importados ou enfrentam concorrência do mercado internacional (e tiveram uma mãozinha da redução de impostos).

O preço dos eletroeletrônicos caiu quase 1% em 12 meses. Serviços, como despesas pessoais, médicos e dentista, encarecem mais de 10%.

Os custos domésticos crescem, os salários vão atrás, a indústria nacional padece da carestia, fica menos competitiva, perde mercado, desanima e segura investimentos. E estamos assim algo encalacrados.

Outro sinal de consumo excessivo é o aumento do deficit externo (deficit em conta-corrente, a diferença do valor de bens e serviços que exportamos e importamos). Neste 2013, o deficit deve passar de 3% do PIB, depois de três anos flutuando em torno de 2,2% do PIB (2007 foi o último ano de uma série rara de anos de superavit).

Para piorar, estamos mais e mais financiando o deficit com dívida externa.

Os economistas do governo e adeptos acham que o preço da comida disparou devido a safras ruins pelo mundo e não tão boas no Brasil.

O aumento grande do salário mínimo no ano passado teria colocado lenha na fogueira dos preços de comida e serviços (mais dinheiro, mais consumo, mais oportunidade de repasse de preços para o consumidor), coisa que não vai se repetir daqui por diante até 2014, pelo menos.

O problema é que há mais fogo sob a frigideira da inflação que em 2008. O nível de preços teria subido ainda mais agora não fossem controles artificiais como reduções de impostos, do preço da energia elétrica e do adiamento do reajuste da passagem de ônibus. Além do mais, tais medidas estimulam ainda mais o consumo. Enfim, o mercado de trabalho está muito mais apertado agora do que em 2008.

Esther Vivas: falta vontade política para acabar com a fome no mundo. Esther Vivas – Site do MST. 09/04/2013

No IHU Online

Nos dizem que querem acabar com a fome no mundo, se não for possível em 2015, será mais tarde. Agora, quando expiram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sem ter conseguido nada, se inventam novos conceitos como a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 e nos dizem para esperar e confiar, que deixemos tudo em suas mãos, que desta vez será definitiva. E a história, ou a mentira, se repete de novo.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, impulsionado pelas nações Unidas no ano 2000, terminou em letra morta, como acabará, eu garanto, a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 ou o que siga. Porque pôr fim à fome não depende de declarações de boas intenções, nem de acordos assinados, ou de lideranças fortes nos altos escalões... depende única e exclusivamente de vontade política. E esta não existe.

A Consulta de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Fome trata desses temas, Segurança Alimentar e Nutrição, realizada faz pouco [04/04/2013] em Madrid, como parte de uma série de diálogos internacionais promovidas pela ONU, e que reúne a partir de seu secretário-geral, Ban Ki-moon, o presidente Mariano Rajoy, a nata da ONU e representantes do mundo empresarial, acadêmico... Seu objetivo: discutir sobre como enfrentar a fome a partir de 2015, data em que concluem os ODM's. Mesmo que os governos que nos levaram à presente situação de falência tenham que liderar este processo, vamos mal.

Os autores dos cortes, que desencadearam os índices da fome aqui e internacionalmente, pouco, ou melhor, nada têm a contribuir. No Estado Espanhol, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística de 2010, se calcula que, pelo menos, um milhões e cem mil pessoas passam fome e não comem as calorias e proteínas mínimas necessárias.

Uma cifra que, no atual contexto de crise econômica, social, greve e precariedade, seguramente é maior. E não só isso. O governo espanhol, anfitrião da consulta da ONU, é o mesmo que aniquilou a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, reduzindo sua partida para um mínimo, colocando-o nos níveis de 1990 e em último lugar na UE. Esta é a solidariedade do governo com os países do Sul, zero.

A ONU diz que, para acabar com a fome, temos de confiar no crescimento. Declarou em seu relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2012: "Os pobres devem participar no processo de crescimento e seus benefícios. O crescimento deve ser alcançado com a participação dos pobres e se estender a estes ". E acrescenta: "O crescimento agrícola é particularmente eficaz na redução da fome e da desnutrição". Mas esse não é o problema.

Não se trata de querer reiniciar o motor do crescimento econômico como uma fórmula mágica. O que nós precisamos é de justiça e de redistribuição. Especialmente nas

políticas alimentares e agrícolas, onde toneladas de alimentos acabam no lixo diariamente, enquanto isso 870 milhões de pessoas no mundo sofrem de fome. Não mais riqueza concentrada nas mãos de poucos, mas mais democracia.

A produção de alimentos desde os anos 60 triplicou, de acordo com a organização GRAIN, enquanto a população mundial, desde então, apenas dobrou. Há uma quantidade enorme de comida, mais do que em qualquer outro período da história.

Mas, se você não tem dinheiro para pagar por ela ou o acesso a terra, água, sementes para produzi-la, não come. Não se trata de produzir mais alimentos, mas de repartir os já existentes. É o modelo agroalimentar, a serviço de alguns poucos interesses privados, o que falha.

A fome, diz a mídia e as instituições internacionais, é o resultado de fenômenos meteorológicos e de conflitos de guerra. Não apenas, nem principalmente, acrescento. As causas da fome são políticas e têm a ver com aqueles que controlam as políticas agrícolas e alimentares, aqueles que se beneficiam, e em cujas mãos estão os meios de produção de alimentos.

Só isso pode explicar por que países como o Haiti, que nos anos 70 produziu arroz suficiente para alimentar sua população, hoje seja um dos países mais afetados pela fome. Desde os anos 80 até o presente, as políticas de liberalização comercial, de invasão de seus mercados com produtos subsidiados de multinacionais do Norte vendidos abaixo do preço de custo, etc, destruíram seus sistemas agrícolas, anulando sua soberania alimentar, e converteu o país em dependentes da compra de alimentos a empresas estrangeiras. Não é o acaso o que conduziu o Haiti, como tantos outros países, à fome, mas a política.

No atual contexto de crise profunda do sistema, os bens comuns se convertem na nova fonte de negócio do capital. Intensifica-se a acumulação de terras, a privatização da água, a especulação com a comida.

Em outras palavras, o que o geógrafo David Harvey chama de acumulação por espoliação. Ou como ficar rico às custas de privatizar o que é da maioria. E estes processos só aumentam as causas da fome, deixando muitos sem o direito a comer.

Oferta menor faz preço de alimentos subir 1% em março, segundo a FAO. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 12/04/2013

A pressão dos alimentos no bolso dos consumidores não é uma preocupação apenas dos brasileiros. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) apurou que os alimentos tiveram alta mundial de 1% no mês passado.

A grande pressão veio do grupo dos laticínios, produtos que ficaram 11% mais caros. Essa alta se deve a problemas na Oceania, onde o clima foi quente e seco.

A FAO divulgou também a produção mundial de alimentos em 2012, que foi de 2,3 bilhões de toneladas, um pouco abaixo dos 2,35 bilhões do ano anterior.

Para este ano, o cenário é melhor, uma vez que a perspectiva para as safras de grãos é de boa recuperação. Deve haver um aumento na produção de todos os cereais.

O órgão alerta, no entanto, que é cedo para uma previsão devido a eventuais problemas climáticos, como ocorreu no ano passado.

Um dos exemplos de aumento poderá ser o trigo, cuja safra já está em fase bem avançada. As estimativas da FAO indicam uma colheita de 690 milhões de toneladas neste ano, com alta de 4,4% sobre a safra anterior.

Uma das recuperações de produção virá dos países da União Europeia.

O organismo da ONU voltado para a alimentação prevê também uma utilização de 2,33 bilhões de toneladas de grãos na safra 2012/13.

O crescimento da utilização de grãos para consumo humano foi de 1,4%, enquanto o destinado à produção de ração aumentou 1%.

Produção menor na safra passada e consumo maior vão reduzir os estoques mundiais de grãos para 500 milhões de toneladas neste ano, 3% menos do que no anterior.

Conab amplia atuação na região de Belo Monte. Thais Margalho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 12/04/2013

Há três anos operando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios da bacia do Xingu, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) definiu como público prioritário as comunidades do entorno da hidrelétrica de Belo Monte.

“Com a usina de Belo Monte, o aumento no número de consumidores e a renda média da população da região vão gerar oportunidades de negócio no setor agropecuário e a Conab apóia que os pequenos agricultores já comecem a se planejar”, afirma explica o superintendente da Conab no Pará, Moacir Rocha.

Serão beneficiados pequenos produtores que trabalham com produtos típicos da região, além de comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e escolas que precisam de merenda escolar. “Fomos procurados por prefeitos de vários municípios da região e vamos direcionar os programas sociais da Companhia para populações na região”, informa o superintendente.

Além do PAA, serão ampliados programas como o Venda em Balcão, Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), além da distribuição de cestas e dos recursos da parceria entre CONAB e

BNDES. Os produtores associados da região receberão capacitação para participar nos programas que mais se adequarem.

Incra/PB distribui 60 toneladas de alimentos para acampados no Estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2013

A Superintendência Regional do Incra/PB irá concluir, esta semana, a primeira etapa da distribuição de cestas básicas para cerca de três mil famílias que vivem em 80 acampamentos espalhados pelo estado. O total de alimentos distribuídos nessa primeira etapa chega a 60 toneladas e faz parte do Programa Fome Zero do governo federal, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social.

A distribuição dos alimentos é realizada pelo Incra/PB em convenio com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Cada cesta básica é composta por 22 quilos de alimentos, a exemplo de feijão, arroz, macarrão, leite em açúcar, fubá de milho e óleo. "Esses alimentos são destinados às famílias que ainda vivem nos acampamentos que apresentam situação de insegurança alimentar", destacou o superintendente regional do Incra, Cleofas Caju.

Segundo o chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, Edvaldo Pereira da Silva, que também é um dos responsáveis pela distribuição das cestas, esta semana a primeira etapa dessa ação, em 2013, será concluída com os acampamentos que ficam em algumas cidades no vale do Piancó. "Assim que a primeira etapa for concluída, daremos início aos preparativos da etapa seguinte", assegurou.

O superintendente do Incra explicou que esses alimentos são um reforço importante para as famílias que vivem nos acampamentos. "Essas famílias ainda não tem plantação suficientes para tirar o sustento. As cestas são justamente para suprir essa necessidade", explicou Caju. (Material atualizado às 11h06min, de 16.04.2013)

PAA do RS beneficia famílias carentes da Paraíba – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 15/04/2013

Visando atender as famílias em estado de insegurança alimentar e nutricional, a Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na Paraíba, conseguiu, por meio dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Rio Grande do Sul, a reserva prévia de produtos para doações naquele estado. Ao todo serão 123 mil kg de leite em pó; 232,9 mil litros de suco de uva e 230 mil latas de pêssego em calda, fornecidos por cerca de 350 produtores gaúchos.

A partir desta segunda-feira (15) os municípios beneficiados pela ação irão se reunir com a Superintendência da Conab/PB para formalizar a proposta de doação. Juntas, as regionais irão montar um cronograma de distribuição e remoção dos alimentos que se

encontram na cidade de Porto Alegre. Aproximadamente 300 mil pessoas serão contempladas. As remoções dos produtos serão efetuadas pelas prefeituras dos municípios envolvidos.

População do Nordeste atingida pela estiagem recebe 62,8 mil cestas de alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/04/2013

Com doação, ministério beneficia desde fevereiro cerca de 250 mil pessoas da região e atenua efeitos da seca

Brasília, 15 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) liberou 62,8 mil cestas de alimentos para atender a população atingida pela seca na Região Nordeste. A doação beneficia desde fevereiro aproximadamente 250 mil pessoas na Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí. Os pedidos para liberação dos alimentos são feitos pelos estados à Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

De acordo com a coordenadora-geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDS, Ana Luiza Müller, a distribuição das cestas atenua os prejuízos da seca. “A doação de cestas atende às pessoas por um determinado período, até que elas possam reestruturar suas vidas.”

No último dia 10, o MDS doou quatro mil cestas para comunidades tradicionais, colônias de pescadores e assentamentos de Pernambuco. O município de Carnaúba da Penha, localizado naquele estado, recebeu do ministério mil cestas de alimentos para atender comunidades quilombolas e indígenas.

Todos os produtos que compõem as cestas básicas foram comprados e doados pelo MDS. Alguns, como o arroz e a mandioca, vêm da agricultura familiar.

Na semana passada, o MDS também repassou 1,4 mil cestas de alimentos para atender a população atingida pelas chuvas em Manaus e em Camboriú (SC). A ação beneficiou cerca de 8,2 mil desalojados nas duas cidades.

Tomate: do lixo ao luxo. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior. 18/04/2013

Falou-se muito sobre o tomate, mas pouco sobre a situação do produtor. Milhares de toneladas do fruto foram jogadas no lixo em 2012, diante dos baixos preços pagos ao agricultor. Muitos desistiram da cultura e outros não tiveram crédito para recuperar a nova safra.

Abril de 2012, Ribeirão Branco (SP), região de Itapetininga, no sítio administrado por Rubens Almeida, os 90 mil pés de tomate estão sendo derrubados. Já na propriedade de

Ismael Rosa 50 mil pés de tomate foram plantados, um investimento de R\$200 mil, que agora apodrece no pé e vai para o lixo. Produtores começaram a destruir as roças em fevereiro e a situação só piorou até aqui. Este é um relato do que aconteceu em uma das regiões produtoras de São Paulo, o segundo maior em área, com mais de 10 mil hectares plantados com o fruto, que reduziu o plantio, porque os produtores chegaram a vender a caixa de 22 kg por R\$5.

Abril de 2013. Uma apresentadora da televisão abre seu programa matinal, com um colar de pérolas vermelhas gigantes. Claro que elas não existem, mas são valiosas igualmente, porque servem como uma matéria-prima riquíssima – o tomate. Custando acima de R\$9 o quilo, e mais de R\$100 a caixa na central de abastecimento de São Paulo. Ismael Rosa esse ano plantou 35 mil pés e declarou aos jornais da região que, em 2012, 10 mil caixas de 22 kg “foram jogadas”, a expressão é essa. No lixo, exatamente 220 toneladas de tomate. Porém, ele é apenas um exemplo.

Qual escândalo?

O fato ocorreu no Brasil inteiro. E o tomate só entrou no noticiário especializado, nas colunas e veículos agrícolas. Mas não é um escândalo milhares de toneladas jogadas no lixo, ou apodrecendo na terra, porque o produtor não tem preço no dito mercado. E também não teve crédito para recuperar na nova safra. Vamos aos fatos. O Brasil é o oitavo produtor mundial de tomate. Produz 3,5 milhões de toneladas anualmente, uma parte, cerca de 30% vai para industrialização – extratos, pastas, molhos. Goiás, São Paulo e Minas Gerais, além do Rio de Janeiro produzem mais da metade desse total. A produção acontece em duas safras, de verão e inverno. A primeira vai de novembro a março e a segunda começa em maio/junho.

A queda na área de plantio em São Paulo foi de 16% na região de Itapetininga e 20% no estado (safra de verão), porém, os produtores reduziram o número de tomateiros, porque um hectare de tomate custa R\$30 mil- custo de produção. Até agora estavam no mercado o fruto de Itapeva(SP), Nova Friburgo(RJ), Venda dos Imigrantes(ES), Chapada Diamantina(BA) e Caçador(SC). A partir de maio entra o tomate de Sumaré e Mogi Guaçu (SP), Araguari, Para de Minas, Paty de Alferes e Sul de Minas, além de São José de Ubá (RJ) e o norte do Paraná (Marilândia do Sul). Ou seja, essa novela idiota de que o tomate está prejudicando a inflação no Brasil é uma cascata velha e deformada. É um espectro distorcido. Porque o preço do tomate vai cair. Principalmente porque a maior crise desse segmento, que não é tão pequeno assim, e emprega milhares de pessoas no país, nos últimos 30 anos, poderia ter sido evitada.

A queridinha e os dois mercados

Porque não liberaram crédito para suprir a dificuldade momentânea dos produtores? Por exemplo, isso nunca acontecerá com a soja. Não pela facilidade de exportação, no caso os chineses, que comprarão 63 milhões de toneladas – em 2013, é a previsão. É porque a oleaginosa queridinha do agronegócio tem dois mercados: se não é exportada como grão, pode ser transformada em óleo, no mercado interno, farelo para ração de aves e

suínos comerciais, ou então entra como o principal componente no diesel – 5% na mistura- abastecendo o mercado de combustíveis fósseis. É o paraíso. Não é à toa que serão colhidos este ano 80 milhões de toneladas no Brasil.

Uma injustiça

Voltando ao tomate, por sinal, rico em licopeno, substância que combate os problemas na próstrata. O pesquisador Fabrício Zagati, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-Esalq-USP), um dos maiores especialistas em hortifruti do país, disse que “apontar o tomate como vilão da inflação é uma injustiça com o agricultor, pois em abril de 2012o preço do fruto na roça era de R\$12 a caixa de 22 kg.” Em março de 2013 o preço médio da caixa no atacado paulista foi de R\$79, comparado com R\$23, do ano passado. E mais: já adiantou que a área da próxima safra só aumentará entre 3,5 e 5%, ainda abaixo do que já foi plantado.

Agora vamos ao setor de extratos, molhos, ketchup, os chamados atomatados. Qual o maior negócio realizado recentemente na indústria de alimentos no planeta? Em que área? Tomate. Foi o maior negócio de todos os tempos e foi anunciado no dia 14 de fevereiro. Uma associação de três bilionários (pelo menos um é) brasileiros – João Paulo Leman, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, controladores da Ambev e donos da rede americana Burger King- e um bilionário norte-americano, Warren Buffet, da Berkshire Hathaway. Eles compraram 100% da H.J.Heinz, proprietária do ketchup mais famoso do mundo, empresa de Pittsburg, Pensilvânia, por US\$28 bilhões. A Heinz entrou no Brasil em 2011 depois de comprar a Quero, empresa que mantém uma fábrica em Nerópolis (GO).

O motivo: os mercados emergentes crescem, o setor avança 17% ao ano, a população tem renda e compra os produtos, não só da Heinz. No Brasil, a Cargill mantém a única operação de atomatados do mundo, assumiu as marcas Pomarola, Tarantella, Elefante e Pomodoro, adquiridas da Unilever. E a Bunge, outra múlti estadunidense comprou as marcas Salsaretti e Etti, da Hypermarchas. Resultado: junto com a empresa nacional Predilecta – quatro fábricas em Goiás e São Paulo-, mais a Fugini, controlam 80% do mercado. E a Heinz ainda controla 70% das mudas de tomate híbrido usados no plantio industrial. A Embrapa está anunciando uma semente nacional, a BRS Sena, para 2014.

No seu devido lugar

Ou seja, vamos botar o tomate no seu devido lugar e parar com piadinhas internéticas ou transformar o fruto em socialite e, o que é pior, imbróglgio do Banco Central. Por sinal, os pesquisadores do Cepea também destacaram na segunda semana de abril a queda nos preços da carne de frango e do frango vivo.

“As cotações são as menores desde agosto de 2012. O consumo de carne de frango e suíno, após a quaresma, não reagiu”.

É um alerta, porque justamente as carnes fizeram o papel de vilã da inflação dos alimentos em 2012, em consequência da alta nas cotações do milho, componente mais importante nas rações – ele é o energético. A seca nos Estados Unidos retirou 100 milhões de toneladas do mercado mundial. O Brasil enfrentou uma seca no sul, a Argentina idem, além de Rússia, Cazaquistão e Ucrânia. Um frio brusco atingiu a Polônia e uma inundação o Reino Unido. Total da fatura para a resseguradora Munich Re, por perdas agrícolas – US\$23 bilhões, 80% pagos aos norte-americanos. É o prejuízo das mudanças climáticas, cada vez mais, um ingrediente do chamado agronegócio. Não muito favorável.

Cotações de soja e milho em queda

Para completar o quadro mundial dos alimentos, que estão pesando no bolso de milhões de pessoas no mundo, sempre com a ajuda dos fundos de investimento, que passaram a apostar em índices de commodities elevando as cotações, dois recados. Do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA):

“Se confirmarem os números da produção de 369 milhões de toneladas de milho e 92,5 milhões de toneladas de soja no país haverá uma queda expressiva nos preços da soja e do milho, que bateram recordes em 2012. A soja cai mais de 26% de US\$14,30 para US\$10,50 por bushel e o milho queda de 33%, de US\$7,20 para US\$4,80 por bushel. A previsão é de um cenário mais folgado para a oferta de grãos na safra 2013/14”.

O Brasil vai produzir 76 milhões de toneladas de milho, recorde histórico e as cotações no Mato Grosso já despencaram para R\$12 a saca – o preço do governo federal é de R\$13,80. Portanto, a ração tem que baixar, por consequência, os preços das carnes de suínos e aves também, entre outras coisas. O Brasil consome quase 10 milhões de toneladas de frango por ano.

Ressaltando que os preços dos alimentos estão em patamares acima das médias históricas e deverão se manter assim na próxima década. Também é uma previsão do USDA. Já a FAO, organização das Nações Unidas que cuida da agricultura e alimentação, fez um alerta para o declínio da população rural no planeta. A expansão da produção agrícola cresceu 2% na década de 2001 a 2010, e cairá para 1,7% na próxima década. Existe uma previsão de um êxodo de 600 milhões de asiáticos para os centros urbanos nos próximos anos. Se isso se confirmar será simplesmente uma tragédia.

Escândalo verdadeiro

Agora um escândalo verdadeiro, não sorrateiro, como o citado neste caso. Um levantamento realizado pela Embrapa em 2007 constatou que as perdas com hortaliças no Brasil atingia uma média de 35%. No caso do tomate a perda era de 41%. No caso das frutas a média de 30%. Os motivos: manuseio inadequado no campo, embalagens impróprias, transporte ineficiente, comercialização a granel, não utilização do frio, estradas ruins. Então, perde-se 10% durante a colheita, 50% entre o manuseio e o

transporte, 30% nas centrais de abastecimento – a Ceages perde 100 toneladas de alimentos por dia, 30 a 50% poderiam ser aproveitados-, 10% diluídos entre os supermercados e os consumidores. Aliás, 60% do lixo urbano recolhido no Brasil são compostos por restos de alimentos. Para a mídia esquelética desse país isso literalmente não está na pauta.

PAA: participação de indígenas cresce 87,5%. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 19/04/2013

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuiu para aumentar a inserção dos índios brasileiros nas políticas públicas que promovem o desenvolvimento rural. Balanço realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra que no ano passado 44 projetos com participação indígena foram contemplados com recursos do PAA, contra 21 em 2008. Com isso, o envolvimento desses povos tradicionais com o programa apresentou um salto de 87,5% nos últimos cinco anos, passando de 402 para 754 participantes.

O aumento vem de encontro aos dados do IBGE, que mostram queda da população indígena nos grandes centros urbanos, destaca a pondera a superintendente de Suporte à Agricultura Familiar da Conab, Kelma Christina Melo dos Santos Cruz. "Programas como o PAA incentivam o desenvolvimento econômico local com a preservação das tradições, o que garante a permanência da população na comunidade e o retorno daqueles que buscavam oportunidades nas cidades", avalia.

Com o acréscimo na participação dos indígenas também cresceu o valor operado dos projetos. Se em 2008 foram destinados R\$ 923,4 mil, no ano passado os recursos atingiram a casa dos R\$ 3,3 milhões - um incremento de 260%.

Essas ações impactam diretamente na renda dos índios atendidos pelo PAA. Há cinco anos, a receita das comunidades chegava a R\$ 2.504,21. Já em 2012, o rendimento chegou a R\$ 4.457,33. "A melhoria econômica das comunidades é apenas um dos benefícios do Programa. O PAA também contribui no resgate da cultura, mantendo viva as tradições de um povo", ressalta a superintendente.

A região Norte é que apresenta o maior número de indígenas participantes do PAA. Em segundo lugar se encontra o Centro-Oeste, seguido Nordeste, Sul e Sudeste.

Estudo mostra que agrotóxico usado em soja e cana é cancerígeno. José Tadeu Arantes – Site do MST. 22/04/2013

Da Agência FAPESP

Uma pesquisa realizada na Universidade Estadual Paulista (Unesp) identificou o modo de ação do diuron, um herbicida amplamente utilizado nas culturas de soja e cana-de-açúcar, que provocou câncer na bexiga de ratos.

“Mostramos que, quando eliminados pela urina, o diuron ou seus metabolitos provocam necrose em múltiplos focos do urotélio, o revestimento da bexiga. Em resposta, esse revestimento prolifera para substituir as áreas lesadas.

A proliferação celular contínua, se mantida durante muito tempo, acaba levando a erros nas sucessivas cópias do DNA, alguns deles predispondo ao desenvolvimento de tumores”, disse o médico João Lauro Viana de Camargo, professor titular de Patologia da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e coordenador do estudo, que teve apoio da FAPESP.

Segundo o pesquisador, esse modo de ação evidencia que o diuron atua de forma não genotóxica, isto é, não provoca, de início ou diretamente, lesão de DNA. Tal lesão tende a ocorrer em momentos posteriores, se a exposição for mantida por tempo longo.

O potencial cancerígeno desse herbicida para a espécie humana já havia sido alertado pela United States Environmental Protection Agency (EPA), a agência de proteção ambiental do governo dos Estados Unidos.

O estudo brasileiro – que contou com a participação de pesquisadores da EPA e da University of Nebraska, em um total de 25 profissionais envolvidos – confirmou o potencial cancerígeno do diuron para os ratos e mostrou que tal condição pode ocorrer mesmo com doses cinco vezes menores do que aquelas antes consideradas nocivas.

“As alterações provocadas pelo diuron na bexiga do rato ocorrem segundo uma relação dose-resposta, isto é, quanto maior a dose, mais alterações moleculares, ultraestruturais e histológicas acontecem”, explicou Camargo. “Nesta linha, identificamos a chamada ‘dose limiar’ – uma quantidade abaixo da qual o herbicida não é cancerígeno, mesmo se o animal for exposto a ele por tempo prolongado.”

De acordo com o pesquisador, a toxicidade do produto manifesta-se bem cedo, já no primeiro dia de exposição a altas doses. “Avaliada por sua expressão gênica, a resposta do urotélio é aparentemente adaptativa, sugerindo que, se a exposição for interrompida, a bexiga voltará ao normal. O problema existirá se as doses forem altas e a exposição mantida por longo tempo”, afirmou.

Outra observação feita durante os sucessivos estudos foi que, quando fornecido em doses relativamente altas para ratos, o diuron provoca toxicidade sanguínea.

“Nesse caso, o alvo predominante é o baço, um órgão relacionado à imunidade e ao suprimento sanguíneo, que de modo consistente mostrou volume aumentado devido a excesso de sangue e acúmulo de restos celulares”, disse Camargo. Essa alteração também foi verificada na prole masculina de ratas prenhes que haviam recebido o diuron em altas doses.

O estudo sobre o diuron fez parte de uma pesquisa mais abrangente – o Projeto Temático “Praguicidas agrícolas como fator de risco” –, realizada com apoio da FAPESP de 2007 a 2012.

No Temático, além do diuron os pesquisadores investigaram também os efeitos, em ratos e camundongos, de cinco praguicidas cujos resíduos foram encontrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no tomate à disposição da população brasileira.

“Ratos machos, alimentados durante oito semanas com ração contendo aquela mistura de praguicidas em doses relativamente baixas, apresentaram o sistema hepático de biotransformação de substâncias químicas potencialmente mais ativo”, disse Camargo.

Essa descoberta sugere que os organismos dos animais estariam fazendo um esforço extra para se livrar das substâncias estranhas a que estavam sendo expostos. Mas a mistura não promoveu o desenvolvimento de câncer hepático em ratos que haviam sido tornados artificialmente predispostos a este tipo de doença.

No entanto, outro efeito preocupante foi constatado. Os ratos machos alimentados com a ração contendo os praguicidas apresentaram redução na mobilidade dos espermatozoides. “Este achado pode indicar o comprometimento da fertilidade dos animais”, disse Camargo.

Seu cuidado em dizer “pode indicar”, e não “indica”, se deve ao fato de não terem sido verificadas alterações em outros parâmetros relacionados ao sistema reprodutor masculino, como os níveis dos hormônios sexuais, a morfologia espermática, a produção diária de espermatozoides, a velocidade de trânsito pelo epidídimo – o ducto que coleta os espermatozoides, produzidos nos testículos – e a estrutura histológica dos testículos e epidídimos.

Alerta para autoridades e consumidores

Baseado no mesmo critério de prudência, Camargo evita extrapolar para o homem as descobertas feitas em ratos. “Embora os estudos experimentais baseiem-se na premissa de que animais de laboratório respondem aos insultos químicos da mesma maneira que os humanos – caso contrário, não haveria razão para serem realizados esses estudos experimentais –, a extrapolação dos resultados deve ser feita de modo criterioso e a relevância dos resultados assumida com cautela”, disse.

“Para a extrapolação rigorosa, há necessidade de comparar os processos metabólicos e biológicos pelos quais as substâncias estudadas passam e provocam em cada espécie”, ponderou o professor da Unesp.

De qualquer forma, as descobertas constituem um alerta importante para autoridades sanitárias. E também para os consumidores. Pois, embora de forma ainda incipiente, a preocupação em consumir alimentos livres de resíduos químicos vem aumentando no Brasil.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o mercado de produtos orgânicos cresce de 15% a 20% ao ano no país, abastecido por cerca de 90 mil produtores, dos quais aproximadamente 85% são agricultores familiares.

Capacitação visa ampliar alcance do PAA. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 22/04/2013

A partir do mês de abril representantes do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) de diversos estados poderão esclarecer suas dúvidas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irá realizar uma série de capacitações que coloca em pauta um amplo debate sobre o Programa.

Os encontros abordarão os objetivos do PAA, manual de operações, elaboração de projetos, cadastros, preços de referência e base legal. "Estamos explicando o programa, para que os agricultores familiares possam entender e depois fazer um projeto para se inserir no programa", afirma a superintendente de Suporte à Agricultura Familiar, Kelma Christina Melo dos Santos Cruz.

Os cursos terão duração de dois dias e serão voltados para a elaboração de projetos de PAA. "A nossa expectativa é de que as pessoas capacitadas promovam a troca de experiências e conhecimentos para assim ampliar o alcance do Programa", ressalta o gerente de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar, Gustavo Viegas.

O PAA tem como finalidade essencial o apoio à comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Os alimentos adquiridos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar ou à formação de estoques governamentais.

A primeira capacitação acontece em 23 e 24 de abril na Paraíba. Já o último estado a receber os técnicos da Conab é o Maranhão em 18 e 19 de junho.

Estado	Local	Data
Paraíba	João Pessoa	23 e 24 de abril
Sergipe	Aracaju	02 e 03 de maio
Rondônia	Porto Velho	07 e 08 de maio
Acre	Rio Branco	09 e 10 de maio
Alagoas	Maceió	20 e 21 de maio
Pará	Marabá	04 e 05 de junho
Maranhão	São Luis	18 e 19 de junho

As oficinas de capacitação são realizadas pela Conab em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

**Monsanto revela que milho transgênico pode fazer mal a saúde – Site do MST.
26/04/2013**

Por transparência alimentar

O milho, um dos alimentos mais antigos da história da humanidade, atualmente tem a maior parte da sua produção destinada, no Brasil, ao consumo animal. Apenas cerca de 15% é para o consumo humano.

O problema em torno deste alimento, defendido por conter vitaminas A e do complexo B, proteínas e minerais como o ferro, fósforo, potássio e cálcio, tem fundamento na utilização do grão transgênico. Um artigo publicado no *International Journal of Biological Sciences* mostrou que o consumo da semente modificada tem efeitos negativos principalmente sobre fígado e rim, órgãos ligados à eliminação de impurezas.

Embora suas propriedades nutricionais sejam mantidas, de acordo com o médico Durval Riba-Filho*, o estudo francês revelou que os grãos transgênicos do milho apontam claros sinais de toxicidade. O biólogo molecular Gilles-Eric Séralini e sua equipe puderam divulgar a pesquisa depois que uma decisão judicial obrigou a Monsanto revelar sua própria análise dos grãos que manteve em sigilo impedindo que a informação se tornasse pública.

Os franceses então divulgaram a comparação dos efeitos das sementes MON 863, NK 603 e MON 810 sobre a saúde de mamíferos, sendo as duas últimas permitidas no Brasil, bem como sementes resultantes do seu cruzamento.

No caso do NK 603, os dados apontam perda renal e alterações nos níveis de creatinina no sangue e na urina, que podem estar relacionados a problemas musculares. É por esse motivo que os pesquisadores destacam que o coração foi afetado nos ratos alimentados com esta variedade. O quadro para o MON 810 não muda muito. Embora os machos em geral demonstrem maior sensibilidade a tóxicos, foram as fêmeas que apresentaram ligeiro aumento do peso dos rins, que pode corresponder a uma hiperplasia branda, geralmente presente quando associada a processos imunoinflamatórios.

Os autores do artigo publicado no *International Journal of Biological Sciences* concluíram que os dados sugerem fortemente que estas três variedades de milho modificado induzem a um estado de toxicidade, que pode resultar da exposição a pesticidas (glifosato e Bt) que nunca fizeram parte de nossa alimentação.

A Comissão Técnica de Biossegurança, a CTNBio, informa que “o milho NK603 é tão seguro quanto às versões convencionais”, que a modificação genética “não modificou a composição nem o valor nutricional do milho”, que “há evidências científicas sólidas de que o milho NK 603 não apresenta efeitos adversos à saúde humana e animal” e que “o valor nutricional do grão derivado do OGM referido tem potencial de ser, na realidade, superior ao do grão tradicional”. A CTNBio também avalia que no caso do MON 810 “os efeitos intencionais da modificação não comprometeram sua segurança nem

resultaram em efeitos não-pretendidos” e que a “proteína é tóxica somente para lagartas”.

Relatório aponta que os 900 milhões de famintos dependem da Reforma Agrária. Jesús Bastante – Site do MST. 26/04/2013

Do Religi3n Digital

Entre as propostas deste relatório, M3os Unidas advoga por uma “mudança de sistema econ3mico”, que elimine o consumo desenfreado e que incorpore decis3es pol3ticas que freiem a destruiç3o ambiental. “Urge enfrentar o problema orientando os sistemas de produç3o de alimentos, as regras econ3micas e as decis3es pol3ticas para garantir o direito à alimentaç3o, acima de qualquer interesse”, destaca o relatório, que sustenta que “ao menos uma em cada seis pessoas n3o tem alimentos suficientes para ser saud3vel e levar uma vida ativa. A fome e a desnutriç3o s3o consideradas, em n3vel mundial, o principal risco para a sa3de, mais do que a AIDS, a mal3ria e a tuberculose juntas”.

“Jogamos 30% dos alimentos produzidos, afetando tanto o meio ambiente como o seu preç3o”, uma situaç3o que é absolutamente inapresent3vel, sustenta o relatório, que acrescenta que tr3s quartas partes dos que sofrem a fome vivem em 3reas rurais, principalmente na 3sia e 3frica, expostos a secas e inundaç3es.

Por isso, M3os Unidas prop3e aplicar reformas agr3rias e outros mecanismos que garantam aos pobres o acesso a terra, para que possam cultivar seus alimentos e gerar excedentes de maneira sustent3vel.

Entre suas recomendaç3es, inclui a de vigiar as novas geraç3es de biocombust3veis, de maneira que n3o afetem a disponibilidade de terra para os pequenos camponeses, al3m de limitar a possibilidade de que investidores privados e governos estrangeiros adquiram grandes extens3es de terras cultiv3veis nos pa3ses em vias de desenvolvimento.

Segundo o relatório anual da FAO, “O Estado de insegurança alimentar no mundo - 2012”, atualmente há 870 milh3es de pessoas com fome.

P3ssimas perspectivas

No mundo, há uma populaç3o de 7 bilh3es de pessoas, sendo que na metade do s3culo poder3 aumentar em outros 2 bilh3es. No ano 2025, 1,8 bilh3o de pessoas viver3o em pa3ses ou regi3es com escassez absoluta de 3gua, e dois terç3s da populaç3o poder3o estar vivendo em condiç3es de car3ncia e pen3ria.

Tamb3m lembra que, segundo a Ag3ncia Internacional de Energia, os biocombust3veis poder3o proporcionar, em 2050, 27% do total de combust3vel para o transporte (em

comparação aos 2% atual) e reduzir notavelmente o uso de diesel, querosene e combustível de avião.

O ato foi aberto pela presidente de Mãos Unidas, Soledad Suárez, que defendeu que “somos nós os que temos que mudar o mundo, desafiando a fome, como aquelas mulheres fizeram há 54 anos”.

A apresentação serviu como motivação para que alguns especialistas dessem sua opinião a respeito do atual estado das coisas. Estas foram algumas das reflexões mais relevantes:

Imaculada Cubillo, membro da campanha Direito à Alimentação, Cáritas, opina que “o documento me parece muito completo e expõe com toda clareza os conceitos básicos para entender a magnitude da situação da fome, num contexto de mudança climática. É imprescindível sua compreensão para adotar a atitude solidária e a visão política de sua solução. Os exemplos ilustram bem esta necessidade”.

Jerônimo Aguado, membro da Via Campesina - Plataforma Rural, considera que o relatório resulta “muito bem elaborado e um bom diagnóstico da questão da alimentação e do problema da fome em escala global”.

Lourdes Benavides, da campanha CRECE, Intermón Oxfam, destaca que “entre todos e todas, devemos conseguir mudanças urgentes em políticas públicas, em práticas de empresas, em nosso modo de consumir, para que todos nós, pessoas que habitamos o planeta, voltemos a estar no centro de um mundo mais justo, mais equitativo e sustentável. E Mãos Unidas, com seu relatório, contribui para esse fim”.

Marco Gordillo, coordenador do Departamento de Campanhas da Mãos Unidas, que é o responsável da elaboração deste relatório e para quem o documento “insiste que para garantir o direito à alimentação, é necessário reorientar nossos sistemas de produção agrícola, recuperando sua função social, ambiental e econômica, priorizando o acesso aos alimentos para todos, especialmente para os mais pobres e vulneráveis”.

Além disso, através do Skype, houve a participação de Henry Morales, Movimento Tzuk Kim-Pop (Guatemala), que lembrou como em seu país a maioria da produção alimentar (80%) está nas mãos de apenas 2% da população, num país onde a desnutrição infantil é um gravíssimo e secular problema.

Carlos García, do Instituto Socioambiental – ISA (Brasil), denunciou que, nos últimos anos, 100 povos indígenas desapareceram, 1.500 líderes foram assassinados e 700.000 quilômetros quadrados (uma Espanha e meia de superfície) da Amazônia foram desmatados.

**CTNBio libera transgênicos sem ter clareza sobre seus efeitos – Site do MST.
29/04/2013**

Da AS-PTA

Em 2011 a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança liberou o uso comercial do feijão transgênico desenvolvido pela Embrapa. Diferentemente das plantas modificadas até então comercializadas, o novo feijão pretende regular a expressão de genes a partir da modificação de seu RNA visando controlar doença que afeta a plantação. Já o milho, a soja e o algodão transgênicos existentes no mercado tiveram seu DNA alterado em laboratório para produzir novas proteínas que tornam as plantas resistentes a herbicidas ou letais a insetos.

As avaliações prévias de risco devem ser caso a caso, mas a difusa ideia de um suposto “histórico seguro de uso dos transgênicos” é arroz de festa nos pareceres técnicos que aprovam sua produção e comercialização. No caso do feijão, a ideia do histórico perde ainda mais aderência já que seu mecanismo de modificação genética é outro, buscando uma nova molécula de RNA e não uma nova proteína. Trata-se do RNA de fita dupla (double stranded RNA, ou dsRNA).

Isso é bastante diferente do processo mais comum, em que o DNA é modificado para que, no momento em que uma de suas sequências seja lida e copiada, seja originado um pedaço de RNA mensageiro (mRNA), que participará da formação da nova proteína.

Artigo recente publicado na conceituada revista científica *Environment International* traz uma revisão sobre o assunto reunindo evidências de que o dsRNA pode silenciar ou ativar genes, e que os genes silenciados podem ser transmitidos aos descendentes de organismos que consumirem ou mesmo inalarem dsRNA. Entre as pesquisas citadas está uma que identificou dsRNA de plantas na corrente sanguínea, sugerindo que o material sobrevive ao cozimento e à digestão. Já se identificou pelo menos um dsRNA de plantas que alterou a expressão de genes em ratos. Sabe-se também que esse material pode ter longa persistência no ambiente.

A partir de casos submetidos às autoridades de biossegurança na Austrália, Nova Zelândia e Brasil os autores do estudo concluíram que a segurança do dsRNA não foi avaliada, ou então que essas moléculas foram consideradas seguras a despeito da inexistência de evidências para tanto. No Brasil, o feijão foi o caso estudado. “Os três órgãos decidiram que não havia risco a ser considerado baseados em suas próprias alegações, incorretas e não comprovadas”, dizem os autores.

O RNA é parte inerente de todo organismo. Os potenciais efeitos adversos do dsRNA são determinados pela sequência de nucleotídeos na molécula e não pela natureza química do RNA. Além disso, há diferenças entre a sequência das moléculas de dsRNA nas plantas transgênicas e naquelas encontradas na natureza, fato que torna sem fundamento alegar que todo o dsRNA é seguro.

Há muito ainda a ser investigado e entendido nesse campo, que começa agora a ser explorado em detalhe. Tanto é que os pesquisadores da Embrapa que desenvolveram o feijão transgênico assumem que “Ainda não foi determinado o motivo pelo qual essas duas estruturas em particular conferiram resistência ao vírus, [uma vez que] a estrutura dos transgenes demanda tempo e deve ser investigada”. Ou seja, na dúvida, a CTNBio achou melhor aceitar as incertezas e liberar.

O presidente da Comissão produziu uma resposta aos autores do artigo na Environmental International, na qual descreve uma cadeia de procedimentos usados para análise de risco de um organismo transgênico. A fonte citada não é uma normativa da CTNBio, mas livro publicado pelo International Life Science Institute – ILSI, uma entidade financiada por empresas como Monsanto, Syngenta etc. - as mesmas que estão entre os patrocinadores de congresso de biossegurança divulgado pela CTNBio em sua página eletrônica.

O pesquisador responsável pelo feijão subiu o tom e disse que a brasileira co-autora das críticas deveria “responder em juízo algumas coisas que estão escritas no artigo”.

Um outro integrante da mesma CTNBio viu nas críticas ao processo de liberação do feijão o dedo de “profetas da catástrofe e arautos do medo [seguidores de uma] tendência que em nossos dias se ancora em pseudo-ciência com a ajuda providencial de uma distorção do que é risco baseada no recém-inventado ‘princípio da precaução’ em interpretação extrema”. Nada muito distante dos argumentos que se ouve na comissão e que guiam os votos que aprovam as liberações de transgênicos.

Diante de casos de decisões que se basearam a priori em pressupostos que dispensaram a avaliação do risco das novas moléculas ao invés de requerer evidências experimentais da ausência de efeitos adversos, os autores - uma brasileira, uma australiana e um neozelandês - propõem um procedimento para a adequada avaliação da segurança de organismos transgênicos que produzem dsRNA antes que estes sejam liberados para produção comercial e comercialização. Proposta razoável fossem as decisões nacionais baseadas em conhecimento técnico e biossegurança.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa